



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140860 - MG (2021/0003192-3)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**RECORRENTE** : CARLOS HENRIQUE FEITOSA GOMES (PRESO)  
**ADVOGADO** : FABIANA OLIVEIRA DE ALMEIDA - MG123160  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CARLOS HENRIQUE FEITOSA GOMES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.541076-4/000).

O paciente encontra-se segregado cautelarmente, em razão de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pelo suposto cometimento dos crimes previstos no art. 33 da Lei n. 11.343/06 e art. 14 da Lei n. 10.826/03.

Alega o recorrente, em síntese, que a decisão que converteu o flagrante em prisão preventiva é nula, por violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que não houve manifestação prévia da defesa.

Aduz que inexistente fundamentação idônea que justifique a segregação do ora paciente, pois a quantidade de entorpecente estaria “dentro dos parâmetros normais do crime de tráfico de drogas”; além do que a quantidade de dinheiro apreendido, R\$ 360,00, se destinava à aquisição de entorpecente para consumo próprio.

Quanto à arma apreendida, não estaria na sua posse, mas apenas no mesmo local em que se encontrava o paciente. Ademais, a decisão que decretou a prisão em referência não logrou demonstrar concretamente que a liberdade do ora paciente colocaria em risco a ordem pública ou a instrução criminal.

Invoca a Recomendação n. 62/2020-CNJ e a possibilidade de se reavaliarem as prisões provisórias no caso de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória ao ora paciente, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 125):

Isto porque, consoante disposto pela Recomendação nº 62, do Conselho Nacional de Justiça, e a Portaria Conjunta nº 949/PR/2020, deste TJMG, a atual pandemia de COVID-19 exigiu do Judiciário a adoção de medidas de contenção do espalhamento da doença, entre as quais se acha a suspensão da realização de audiências de custódia, sendo certo que o magistrado responsável, quando da comunicação do flagrante, procedeu diretamente ao exame da legalidade da prisão e da possibilidade de concessão da liberdade provisória.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Da mesma forma, não vislumbro ilegalidade da decisão que decretou a prisão preventiva, passível de correção via cognição sumária.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente